

ALFREDO CAMARATE:
REPÚBLICA, CIVILIZAÇÃO E PATRIMÔNIO – AS CRÔNICAS
JORNALÍSTICAS DE UMA BELO HORIZONTE EM CONSTRUÇÃO.

PEDRO DE CASTRO LÜSCHER *

Alfredo Camarate nasceu em Lisboa em 1840, estudou no Reino Unido e viveu em diversos países. Profissionalmente atuou como engenheiro-arquiteto, jornalista e músico. Em Portugal, foi conservador do Museu de Arte Ornamental da Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Emigrou para o Brasil aos 32 anos onde permaneceu até o seu falecimento, em 27 de janeiro de 1904 na cidade de São Paulo. Durante os primeiros anos, morou no Rio de Janeiro, onde trabalhou como inspetor do Conservatório Imperial de Música. Simultaneamente compunha peças para piano, tocava flauta e era crítico musical do *Jornal do Comércio*. Como jornalista colaborou com vários jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Sabará e Buenos Aires, sob os mais diversos pseudônimos. (IEPHA, 1997)

Convidado para integrar a Comissão Construtora da nova capital do Estado de Minas Gerais, foi designado para avaliar as plantas arquitetônicas das futuras residências. Mas, como sócio da firma “Edwards, Camarate e Soucasaux”, foi responsável por diversos trabalhos de engenharia durante a construção da capital. Entre eles, a Estação General Carneiro, que tinha a função de ligar a estrada de ferro Central do Brasil ao ramal férreo que estava sendo construído até Belo Horizonte. A partir de 1893 passou a colaborar com o jornal *Minas Gerais*, órgão oficial de imprensa, inaugurado em 1892. Sob o pseudônimo de Alfredo Riancho, em homenagem ao sobrenome de seu pai, Augusto Riancho Camarim da Costa Camarate, escreveu vários artigos versando sobre os mais diversos assuntos. Mas, foi no ano de 1894 que tal contribuição tornou-se regular, com a publicação da série intitulada *Por Montes e Vales*. Essas crônicas destinavam-se inicialmente a relatar as mudanças que ocorriam no pequeno arraial de Belo Horizonte ao se tornar a nova capital do Estado.

As crônicas escritas no final do século XIX foram resgatadas inicialmente pelo historiador Abílio Barreto em seu livro *Belo Horizonte – memória histórica e descritiva: história média*, cuja primeira edição é de 1936. Contudo, ao mesmo tempo em que a produção de Alfredo Camarate recebia o justo destaque, como é possível observar em trechos do referido livro:

“[...] ninguém observou melhor nem descreveu com mais autoridade e segurança sobre os costumes, a vida, as belezas e os defeitos do arraial de Belo Horizonte, nos primeiros dias de trabalho da Comissão Construtora, do que Alfredo Camarate, na série interessantíssima de crônicas [...] Por julgá-las assim [...] não passaremos adiante enquanto não transladarmos para aqui vários tópicos dessas formosas páginas de observação autêntica daquele espírito luminar [...]” (BARRETO, 1996, p.95)

O historiador também deixava claro que o seu livro era apenas um repositório de matéria-prima a ser beneficiada e, nesse intuito, atribuía a Camarate o papel de observador criterioso destinando às suas crônicas a mera função ilustrativa do período, sem aprofundar a análise da documentação. O livro de Abílio Barreto, referencial para todos os interessados na história da cidade, acabou, por consequência, gerando uma utilização figurativa da obra de Alfredo Camarate, consolidada depois por alguns trabalhos acadêmicos. Por exemplo, cito o artigo de Heliana Angotti-Salgueiro (2007), que desenvolve um interessante estudo sobre o *Álbum de Vistas Locais e das Obras Projetadas para a Edificação da Nova Capital*, mas que, no entanto, usa as crônicas de Alfredo Camarate apenas para figurar em palavras o que vemos nas imagens. Conforme estudo preliminar das fontes bibliográficas, observa-se que ainda não houve nenhuma proposta de análise da obra e da biografia de Alfredo Camarate, notadamente pelo viés patrimonial ora proposto. Como foi dito, o seu uso restringe-se à mera descrição do período da Comissão Construtora.

Contudo, deve-se salientar que, na década de oitenta, as crônicas de Alfredo Camarate foram compiladas pela Revista do Arquivo Público Mineiro, em função dos estudos feitos pelo escritor Eduardo Frieiro (1965), que ressaltavam a importância do cronista para a história da cidade. Mas, estudos esses que, ainda assim, não aprofundaram a análise da documentação.

É provável que tais crônicas ficassem por muitos anos esquecidas nas páginas de papel jornal de algum arquivo, não fosse pelos trabalhos de Abílio Barreto e de Eduardo Frieiro. Porém, apesar dos estudos empreendidos por estes dois pesquisadores, a obra de

Alfredo Camarate ainda possui um papel restrito na história de Belo Horizonte e do país. No nosso entendimento, a visão estabelecida por Abílio Barreto, ao caracterizá-lo, por excelência, como o cronista da construção da nova capital, apresenta-se insuficiente e por isso faz-se necessário uma abordagem crítica da obra do cronista. Com o instrumental fornecido por diversas disciplinas do conhecimento será possível acionar conceitos como cidade-artefato, monumentalização, patrimônio urbano e paisagístico, cultura material e imaterial, civilização e cidadania.

▪ AS CRÔNICAS E A CIDADE

Assim, o objeto de estudo deste projeto é a cidade, vista sob a perspectiva da série de cinquenta e quatro crônicas publicadas em 1894. A partir da coletânea *Por Monte e Vales* será possível analisar as relações sociais, políticas, culturais estabelecidas entre os dois grupos atuantes no período da Comissão Construtora. De um lado, havia a comunidade local, com seus hábitos, costumes, crenças e arquitetura, de outro, havia os interesses políticos da construção de uma nova capital. Alfredo Camarate representava a visão de progresso e civilização que os membros da Comissão acreditavam estar levando àquela comunidade. Seu olhar é o de quem vem de fora, de quem analisa externamente e tenta ser o mais imparcial possível, mas que acaba por julgar negativamente o que não entende, ou, quando muito, estranha o conflito instaurado com os habitantes e costumes locais.

Alfredo Camarate exerceu o papel de intérprete da cidade, ao mesmo tempo em que foi agente de suas transformações. Suas crônicas expunham os valores que deveriam ser agregados e/ou preservados por esta cidade que estava sendo idealizada pela República. Este escopo de intérprete e agente, assumido pelo cronista, não era incongruente para a época. Já que as crônicas jornalísticas, entre fins do século XIX e meados do XX, eram, para as cidades, representações urbanas integrantes da sua prática social. Por isso mesmo, iam muito além da simples percepção da cidade e da capacidade de gerar informação, pois interferiam diretamente na constituição daqueles espaços urbanos.

A partir dessas crônicas será traçado um panorama das relações sociais, políticas e culturais entre os dois universos que colidiam no período da Comissão Construtora de Belo Horizonte. Um ligado às tradições rurais mineiras e outro que projetava as aspirações republicanas. Além disso, se buscará entender o duplo movimento que acontecia, pois, ao mesmo tempo em que se concretizava o progresso da incipiente nação republicana ao se construir a nova capital para Minas Gerais, também se pretendia preservar a antiga capital, Ouro Preto, como solo sagrado da pátria. Com a análise crítica dessas crônicas, será possível inventariar um patrimônio intangível, porém expresso em suas instâncias simbólicas e de representação (SCHEINER, 2009). Nesse viés, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2007) tem promovido ações de aproximação dos campos do Patrimônio e da Literatura, com o objetivo de ampliar o alcance e a eficácia dos atos de preservação. A produção literária é, pois, uma excelente fonte de registros de modos de vida, manifestações culturais, espaços construídos, memórias, saberes, e, a partir dela é possível criar associações que propiciem a apreensão do Patrimônio em seus diversos sentidos.

Contudo, a intenção de analisar a cidade sob essa ótica patrimonial, não é a de tentar criar uma continuidade que articule a cidade de hoje em dia com o passado remoto do arraial. Essa articulação foi feita pelo pesquisador Abílio Barreto e pelo prefeito Juscelino Kubitschek, na ocasião da criação do Museu Histórico de Belo Horizonte - MHBH, em 1943, atual Museu Histórico Abílio Barreto – MHAB. A criação do Museu pretendia resgatar o passado remoto do arraial, porque, na proximidade do cinquentenário da capital, a cidade carecia de História e tradição. Na época de sua fundação, a capital havia rompido com os antecedentes do arraial, por isso não conseguia compartilhar do passado rural mineiro, e também não estabelecia mais as ligações com o patrimônio evocado por Ouro Preto. (BITTENCOURT, 2004) No entanto, o intuito do presente trabalho é, sim, averiguar se a gênese de Belo Horizonte foi estabelecida a partir do embate entre o progresso e a preservação. As crônicas de Alfredo Camarate propiciarão estabelecer roteiros que apresentem essa possível origem.

Belo Horizonte estava sendo construída para ser o cartão postal da República recém-instaurada, que, ao monumentalizar o excepcional, desqualificava o restante. A cidade deveria não somente expressar o que havia de mais moderno nas concepções

urbanísticas e arquitetônicas, mas também apresentar os projetos de nação que estavam sendo forjados para o Brasil. Por este pressuposto, Alfredo Camarate não se restringia meramente a descrever os costumes, as vidas, as belezas e defeitos do arraial, tal como foi estabelecido a partir dos estudos empreendidos por Abílio Barreto (1996), Eduardo Frieiro (1965) e Heliana Angotti-Salgueiro (2007). Pois, não são raros os momentos em suas crônicas em que há uma intencionalidade, com o objetivo de participar decididamente da realidade no intuito de mudá-la. Por isso, faz-se necessário propor um re-exame de sua obra, por um viés patrimonial, para uma nova proposta de entendimento da cidade.

▪ A BELO HORIZONTE DO CRONISTA

Como podemos ver em uma das primeiras crônicas, datada de 21/03/1894, Camarate compara o povoado de Belo Horizonte a certas comunidades africanas e descreve a paisagem local como algo quase intocado até então pelo homem civilizado:

“[...] divisamos a povoação de Belo Horizonte, incrustada numa mata verde-negra e densíssima dentre a qual emergiam os campanários da igreja, construída nas primitivas simplicidades da arquitetura. [...] Enveredamos por uma rua extensíssima muito larga, muito parecida com alguns caminhos de certas povoações da África Ocidental. Umhas casas muito humildes com aparências de cubatas e, nos intervalos das casas, longos muros de barro vermelho, assombreados por árvores frutíferas. Mas tudo aquilo muito limpo, muito alinhado e sempre da mesma forma e com o mesmo encanto se chega a Belo Horizonte; ‘um belo horizonte; na realidade!’”. (RIANCHO, 1985, p.33-34)

Visão semelhante é retomada mais adiante, em 18/07/1894, quando o autor descreve as “cafuas”, onde morava a maioria dos habitantes locais e, com palavras de indignação, relata o seguinte:

“Casas, nas paredes, cubatas, nos telhados de colmo; com esqueleto de madeira tosca, a sair por entre o barro, como ossos de tísico a acusarem-se através da transparente e lívida pele; toda esta miséria, que provém mais do abandono do que da pobreza, é emoldurada numa vegetação opulenta, pródiga, que, nas empáfias da sua riqueza, nos desmandos da sua prodigalidade, parece assoberbar ainda mais essas mesquinhas tocas de humanos que, por irrisória filáucia, se dizem pertencer à raça dos reis da criação!” (RIANCHO, 1985, p.116)

Sua posição como cronista/intérprete desta importante empreitada republicana representava talvez, não somente uma compreensão autoral dos fatos relatados, mas

uma visão possivelmente oficial da jovem nação republicana, já que seus textos eram publicados por um órgão oficial de imprensa do Estado. Entretanto, essa problematização só poderá ser confirmada em pesquisas futuras. As crônicas, de fato, não eram direcionadas a possíveis leitores do povoado, mas eram publicadas na então capital do Estado, Ouro Preto. Sua função, a princípio, era a de informar para a sociedade e para os dirigentes do governo sobre os eventos que estavam ocorrendo no povoado. A escrita agradável e despretensiosa de Camarate não deixou de lado o mais atento registro de suas impressões. O que representa, hoje em dia, uma rica fonte de informações inventariadas do período tratado.

Cabe aqui, discutir sobre a crônica para tentar compreender qual era o real papel de Alfredo Camarate como cronista/interprete da construção da nova capital. Esse gênero literário passou, a partir século XIX, a ganhar as páginas de jornal. Conseqüentemente deu-se a ampliação do público leitor, sem, contudo, perder a marca do registro circunstancial. A crônica tornou-se a união do jornalismo com a literatura. Seu destinatário é o consumidor do jornal ao qual ela se dirige. A política editorial do veículo está diretamente relacionada aos interesses dos seus leitores. Pois estes, preferencialmente, consomem o jornal cujas matérias dialoguem com suas concepções políticas, sociais e econômicas. Por sua vez, os proprietários do periódico ou os editores-chefes da redação sondam esses interesses para atender as demandas dos leitores/consumidores. Por isso mesmo, é necessário, ao analisar uma crônica, trabalhar no seu reduto jornalístico e com os elementos que a rodeiam.

Ao mesmo tempo, é na observação direta dos eventos que o cronista busca inspiração. Por extrair dos fatos mais simples sua matéria prima, permite que estes mesmos fatos adquiram uma concretude através da palavra escrita, o que pode lhe garantir a posteridade. (SÁ, 1992) Entretanto, é constitutiva da crônica a sua transitoriedade. O leitor do jornal é sempre mais apressado em comparação com o leitor do livro, o jornal também envelhece com muito mais rapidez e, quando não arquivado em hemerotecas, torna-se lixo reciclável. A crônica assume essa efemeridade e a reinterpreta por meio de um linguajar despretensioso, mas, sem se afastar da função de informar e comentar. Podemos inclusive partilhar das concepções do professor Antonio Candido (1992) ao escrever que a intenção dos cronistas não é a de permanecer para as

gerações futuras, pois “sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão”. (p.14) Porém, é nessa brevidade e simplicidade que a crônica encontra o seu meio de ensinar e inspirar seu público leitor, realizando, por exemplo, uma crítica social contundente. O escritor de uma crônica exerce o papel de captador do que pode não estar claro para o restante da população e, por meio de seu texto, é que os leitores compreenderão circunstâncias que passavam, até então, despercebidas.

A perspectiva de intelectual, artista e arquiteto de Alfredo Camarate foi fundamental para que suas crônicas representassem, posteriormente, não somente um relato das transformações, mas um retrato do que atualmente seriam consideradas manifestações de bens patrimoniais a serem preservados. No caso das igrejas e do casario, um patrimônio material, e no caso das festas, hábitos e procissões, um patrimônio não-tangível. A professora Regina Abreu, na introdução do livro do museólogo Mário Chagas, *Há uma gota de sangue em cada museu*, que trata sobre a relação entre as poesias e as concepções patrimoniais de Mário de Andrade, afirma que, graças a esse “encontro de Mários”, podemos entender as intenções do poeta Mário de Andrade ao idealizar o “museu da palavra”. Esse conceito introduzia uma metodologia inovadora para o campo museal, ao considerar possível colecionar também o não-tangível ou imaterial, tais como as palavras. “Um museu dos diversos falares, cantares, rezares e chorares, tudo isso, revelando um Brasil plural [...]”. (CHAGAS, 2006, p.18) Da mesma forma, a socióloga Lúcia Lippi de Oliveira (2008), relata que no livro *a Alma Encantadora das Ruas*, o cronista João do Rio “revelou-se um pesquisador atento e coletou cantigas africanas, canções do pastoril, cordões carnavalescos (afoxés), modinhas e quadras populares.” (p.61) Sendo assim, por este viés, o próprio Alfredo Camarate, ao lamentar-se de que não poderia ser um colecionador devido à falta dos “bens da fortuna”, defendia-se ressaltando suas qualidades de observador atento do que é belo e valioso. E fez com suas crônicas um verdadeiro museu de palavras, coletando e preservando os mais diferentes tipos de saberes do povoado de Belo Horizonte.

“Se os bens da fortuna nunca me proporcionaram meio de ser colecionador, os encargos da minha profissão, como conservador do museu de arte ornamental, na Academia Real de Belas Artes de Lisboa, e as minhas incessantes viagens puseram-me em contato com tudo ou quase tudo quanto há de belo, nas diversas províncias de Belas Artes.” (RIANCHO, 1985, p.56)

Esse olhar de colecionador, presente em diversas crônicas, não o distanciava de outras questões também caras a ele. Isso, a princípio, pode aparentar contradição no olhar de Alfredo Camarate, que efetuava um duplo movimento, o primeiro em direção à civilização, ao progresso e ao saneamento e outro, em direção ao inventário e, em certas circunstâncias, à preservação da história e da paisagem local. Suas dúvidas eram pertinentes, pois faziam parte das problematizações de sua época. Assim como ele, os homens de seu tempo, na França, também protegeram os monumentos do passado com as mesmas crenças com que defenderam o progresso e a modernização radical da cidade. Exemplo disso é o Barão de Haussmann, que, da mesma forma, durante o reinado de Napoleão III, empreendeu a reforma da malha urbana da velha Paris, reordenando o trânsito e a estética da cidade em nome da higiene. (CHOAY, 2001)

Esta aparente alternância de posicionamento é claramente percebida em alguns trechos das crônicas de Alfredo Camarate. Como, por exemplo, em um texto de 11/04/1894, em que o autor demonstrava a sua preocupação com a falta de registros pictóricos, que expressassem, segundo ele, toda a grandeza e a diversidade de planos que ostentava a paisagem de Belo Horizonte, antes do início da construção da capital. Deixando claro que este serviço de registrar a paisagem e as construções deveria ser de um artista plástico, uma vez que a fotografia ainda não possuía as cores e a nitidez necessárias para representar tudo o que era belo. Por isso mesmo era fundamental que:

“[...] nos arquivos da municipalidade futura ou nos da secretaria da Agricultura, ficasse uma recordação do que era Belo Horizonte, antes de se começar a cortar e a construir a nova capital ‘Minas’. [...] Salvo encomenda a artista conhecido, e dois ou três pontos principais de Belo Horizonte, todas estas belezas deixarão de ficar arquivadas; embora deixando em seu lugar, as belezas que provêm das futuras conquistas da civilização.” (RIANCHO, 1985, p.51)

Também é interessante ressaltar nesse trecho a questão do nome da cidade. Após a proclamação da República, o arraial do Curral del Rei adotou o nome de Belo Horizonte com o intuito de se desvincular da imagem do período monárquico. Mas, com a transferência da capital, como ato fundador, passou a se chamar Cidade de Minas. Em 1901, porém, a cidade reassumiu seu nome de Belo Horizonte.

É graças a este inventário deixado pelo cronista, que, hoje em dia, temos acesso a valiosas informações que ultrapassam qualquer registro imagético sobre as

construções e hábitos do período. Esse legado descreve, com a mais criteriosa precisão de detalhes, a arquitetura e as crenças locais, que o ímpeto de modernização dos construtores da Comissão não preservou, como é possível ter uma amostra no excerto seguinte:

“Mesmo no meio da rua, existe a capelinha de Sant’Ana; uma choupana apenas mais alta do que as outras que a rodeiam, tendo por humilde campanário, um buraco praticado na parede, donde pende, espreitando timidamente pela janela, uma sineta; garrida que deve ter um som plangente e poético como todas as sinetas do campo; [...] Para o lugar onde se ergue esta modesta capelinha, da qual, dizem que o orago conta inúmeros milagres e milagres espantosos, segundo é crença ou credice do povo da localidade, o dr. José de Magalhães projetou uma capela, com um pórtico grandioso e tendo, por coroamento, a forma piramidal; esse feitio que, no dizer dos arquitetos, exprime melhor do que nenhum outro a elevação, ao firmamento, das preces dos criados ao Criador.” (RIANCHO, 1985, p.117)

Em outro momento, Alfredo Camarate dedica uma crônica inteira para relatar pormenorizadamente a igreja matriz da cidade, as cerimônias religiosas, o comportamento da comunidade nesses cultos e a banda de música que havia em Belo Horizonte. Nessa crônica de 28/03/1894 o autor descreve a arquitetura do lugar, as obras de talha, as pinturas, as capelas laterais, o altar-mor e faz comentários curiosos sobre uma possível restauração que a igreja tenha passado:

“A que fica no centro da população e que é a matriz, tem uma fachada de estilo barroco; mas representa um mau exemplar, desse estilo de que Minas possui edifícios notáveis pela pureza desse gênero arquitetônico pesadão e destituído desses donairosos lineamentos que, nos outros estilos, parecem emergir do solo e, por meio de altos campanários, agulhas e cúpulas, levarem as preces dos fiéis ao etéreo seio de Deus. Vista de lado, porém, a igreja tem boas linhas e o conjunto dos telhados denota que seu arquiteto sabia bem do riscado. Por dentro, tem poucas pinturas, e essas suponho que sejam más, e digo ‘suponho’; porque a sanha e vandalismo dos restauradores foi tão grande, nos princípios deste século, sobretudo no Estado de Minas, que é muito possível que, por debaixo daquelas pastadas infrenes dos restauradores, haja obras-primas da pintura; fato que se dá particularmente em Mariana, Ouro Preto e em outras localidades deste Estado.” (RIANCHO, 1985, p.37)

Segundo o historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (2004), a cidade pode e deve ser apreendida como o mais complexo e bem elaborado artefato produzido pelo homem. Nesse sentido, o artefato é entendido como um produto de natureza física, socialmente apropriado, com sua forma, função e sentido definidos segundo imposição de padrões sociais. Entretanto, este artefato não é produto de uma condição abstrata, e, sim, das relações sociais estabelecidas entre os homens. Por ser concebido pela interação de uns

com os outros, ele é ao mesmo tempo o resultado e o vetor de novas relações. Os mecanismos que modelam e designam atribuições a este espaço, que é a cidade percebida como artefato, também lhe fornecem sentido, significações, direção. Para a vida social, as práticas e representações encontram-se imbricadas. Sendo assim, o artefato além de assumir valores decorrentes das informações e sentidos a ele atribuídos, também fornece, reciprocamente, informações e sentidos que influenciam e, por vezes, alteram as práticas, os comportamentos e os ambientes físico e social.

Alfredo Camarate, nesse sentido, teria exercido importante papel nessa dimensão da cidade como representação social. Pois, ao mesmo tempo em que, como engenheiro da Comissão, influía decisivamente na modelagem desse artefato em seu caráter físico, como cronista influía também em seu caráter simbólico, sendo um porta voz de seus contemporâneos, ao expressar as intencionalidades republicanas. Suas crônicas apresentavam os valores a serem agregados e/ou preservados por esse artefato produzido pela República. Em um texto de 06/05/1894, o autor relata a satisfação com que a comunidade recebia os produtos e serviços típicos de um grande centro. Observamos que, nessas primeiras conquistas da civilização que desabrochava em Belo Horizonte, começava-se a tornear este artefato:

“[...] todos da localidade se enfunam por já possuírem um padeiro francês, por se matar um boi todos os dias, por terem carpinteiros de verdade, boticários (perdão: farmacêuticos), bandos de turcos bufarinhando ninharias de toilette e um cemitério provisório [...]” (RIANCHO, 1985, p.67)

Ainda debatendo esse conceito de “cidade-artefato”, as crônicas podem ser entendidas como representações urbanas e devem ser interpretadas como integrantes da sua prática social. Por isso mesmo, vão muito além da percepção da cidade e da capacidade de gerar informação. Não representam apenas reflexos tardios de uma realidade concreta, mas uma imagem imediata das práticas cotidianas no espaço urbano e dizem respeito muito mais ao habitar do que ao habitat. Sendo que é, nesse habitar, em suas relações sociais, conflitos e transformações, que está a gênese dos patrimônios culturais. Patrimônios que se constituem de bens selecionados a partir e através das práticas elementares desse artefato e que, fazendo parte de suas relações sociais, nutrem novas representações. Dado isso, estão inscritas, numa espécie de cadeia genética desse artefato, as marcas dessas interações dos homens entre si e desses com o artefato e cabe a nós decifrá-las. (MENESES, 2003)

Em 23/05/1894 o cronista escreve sobre a arquitetura que estava sendo desenhada para a futura capital de Minas. Na ocasião, Camarate comenta que não era só com palavras que ele militava a favor de uma autenticidade arquitetônica, como é possível observar no trecho a seguir, mas também a partir de atos e ações concretas. Isso demonstra as múltiplas dimensões assumidas pelo cronista, que vão muito além da mera observação, pois debatem, polemizam, interferem e agem. Modificando, assim, sua realidade e influenciando na produção desse artefato.

“Possuir o Brasil uma arquitetura inteiramente sua ou, pelo menos, uma ornamentação arquitetônica, modelada na esplêndida folhagem das nossas árvores, confesso que foi um sonho que me atormentou por mais de quinze anos e que, como é fatal em quase todos os sonhos, se foi esvaecendo pouco a pouco, até se me apagar de todo do pensamento. Duas coisas atuaram neste meu reviramento: a primeira, o ecletismo que prepondera na arquitetura do século dezenove, em todos os países do mundo; a segunda, a inevitável trilha de todos os nossos artistas e operários, que, tendo por mais cômodo e fácil recorrer aos modelos de estampa franceses ou alemães, do que ao esplêndido e nunca repetido modelo da natureza, levam a sua existência artística, vivendo da cópia ou da imitação [...]” (RIANCHO, 1985, p.77)

Para o historiador Jacques Le Goff (2003) o documento, enquanto suporte da memória coletiva, está inserido no conjunto formado por outros vestígios do passado, ou seja, monumentos produzidos pela cultura material, tais como os objetos de coleção ou tipos de habitação. O conceito de documento/monumento exige do pesquisador que a crítica do documento seja feita considerando-o como monumento. Um produto da sociedade que o gerou segundo as relações de força que então detinham poder. Por isso mesmo, o documento não é inofensivo, ele é a consequência, tendenciosa ou não, da experiência da sociedade que o fabricou de perpetuar uma imagem de si própria para a posteridade. Todo documento é em si uma mentira e, por isso mesmo, uma verdade. É uma montagem, uma construção tanto da época que o produziu, como também das épocas seguintes, porque, às vezes, mesmo esquecido, permanece sendo engendrado pelo silêncio. Portanto, representa a sociedade, a época, as circunstâncias que o forjaram e/ou o preteriram.

A fundação de uma nova capital em Minas Gerais, pela República, criava ao mesmo tempo um duplo movimento. Um ao futuro, Belo Horizonte, e outro ao passado, que reconhecia Ouro Preto como monumento histórico. Desta forma, os atos inaugurais da nação republicana participavam, também, da elaboração de um nacionalismo

brasileiro, já que promoviam a preservação de Ouro Preto na intenção de proteger as origens das lutas pela liberdade, dentre elas, a Inconfidência Mineira e a Revolta de Felipe dos Santos, que se tornariam símbolos do Estado. Belo Horizonte, por sua vez, deveria expressar todo o progresso cientificista do positivismo do século XIX e representar os ideais modernos da República. A construção da nova capital representou não o rompimento entre o velho e o novo, ou o moderno e o antigo, mas o emparelhamento da tradição com o futuro. Belo Horizonte era a união dos projetos futuros com as origens libertárias do passado. Um ideal que articulava e resgatava história e memória para a formulação de um patrimônio nacional integrador. Ouro Preto, berço da Inconfidência, representava os desejos republicanos e servia de altar aos heróis da nação que morreram em nome da liberdade de seu povo. (MELLO, 1996) Em uma crônica de 29/04/1894 Alfredo Camarate já relata com grande entusiasmo, um fato ocorrido logo na chegada ao único hotel em Belo Horizonte:

“No meu quarto especial, havia um leito também especial! Nele havia dormido, conforme as asseverações históricas do bom do meu hoteleiro, nada mais nada menos, do que o grande Tiradentes, pondo-me esta declaração ao fato de uma peregrinação do ilustre mártir, [...] imenso, perpetuado na história, glorificado na poesia, encarapitado numa coluna de granito, elevado às glórias do martírio, em cima de um patíbulo...”
(RIANCHO, 1985, p.62-63)

Tiradentes, com a proclamação da República, encarnou o papel de mito no panteão de heróis da nação. Sua imagem foi construída como a de um mártir, sendo representado com características que o associavam a Cristo, tal como a pintura de Décio Villares, de 1890. A iconografia o transformou de republicano radical em herói cívico-religioso. Assim, Tiradentes, juntamente com a Inconfidência Mineira, assumiu uma importância significativa na constituição do patrimônio histórico nacional. (OLIVEIRA, 2008)

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (1987), o período entre a queda do Império e o começo da República no Brasil foi marcado por uma grande efervescência de idéias, muitas delas vindas principalmente da Europa e Estados Unidos. Mas estas idéias eram erroneamente interpretadas ou somente parcialmente entendidas, o que acabava por gerar uma grande miscelânea ideológica. Afloravam, por toda parte, idéias e conceitos de liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo, que rapidamente ganhavam as páginas de jornal. Porém, de acordo com o historiador, tal

efervescência não se resumia a mera confusão descartável, mas abria um panorama para o estudo da cidadania. E são exatamente estas idéias e conceitos que pretendemos analisar na obra de Alfredo Camarate. A partir de suas crônicas, intencionamos diagnosticar quais idéias políticas e patrimoniais eram defendidas pelo autor, e quais estavam em voga em Belo Horizonte durante a construção da capital. Algumas são explícitas, ou, pelo menos, claramente percebidas em textos que tratam primordialmente de assuntos como predomínio do pensamento científico, sua relação com o positivismo, a necessidade de higienização urbana e a emergência de políticas de saúde pública. Outras são subliminarmente tratadas entre temas como belas-artes, como é o caso desta crônica de 18/07/1894:

“Do arraial de Belo Horizonte, o bairro das Cafuas é considerado, pelos pintores e pelos poetas, a coisa mais bela e pitoresca, que possui esta povoação. [...] Para uns e outros, as manifestações do belo consistem numa camponesa suja e andrajosa, calcando a lama ou o pó das estradas, com os pés descalços; isto é, com os pés cobertos de poeira ou de lama! [...] Ora, como em questão de gosto e de cores não há disputa, tudo isto acharia eu perfeitamente tolerável e permitido; mas o que eu nunca estive disposto a permitir e a tolerar é os pintores, os poetas e o seu concomitante rancho de borradores e poetastros reclamarem indignados, quando lhes vestem e lavam as camponesas, quando lhes engordam e ensilham devidamente o sendeiro, quando lhes rebocam, entelham e consertam o pardieiro!” (RIANCHO, 1985, p.114-115)

Em outro exemplo, Alfredo Camarate, em uma crônica de 20/05/1894, registra o costume dos habitantes de Belo Horizonte de velarem seus mortos com comidas, bebidas e cantoria por noite adentro. Apesar de comentar que estes são “atos muito avessos ao caráter brasileiro e à civilização do nosso século”, não se preocupa com os aspectos religiosos, que para ele pareciam mais “honras fúnebres dos ciganos”. O que de fato o incomodou e o motivou a escrever o texto, foi o desrespeito com o sono alheio, no caso, o de um vizinho da casa mortuária, que por não conseguir dormir em paz, viu-se obrigado a procurar a polícia para que instaurasse a ordem e o silêncio. Mas, como aparentemente o problema não foi resolvido, restou ao cronista fazer o seguinte comentário:

“Ninguém mais do que eu respeita o povo, essa volumosa massa, que as liberdades modernas ampliaram por tal modo, que todos atualmente são povo ou pretendem sê-lo e assim se formou, real ou aparentemente, a democracia, que repousa, real ou aparentemente também na igualdade e fraternidade. [...] Se, ao núcleo de habitantes que vai formar essa futura capital, se aplicasse, desde logo a ação prudente e enérgica da autoridade, a futura capital, essa colossal estátua de barro, dúctil, e maleável, porque será

feita de elemento mais maleável e dúctil, o homem, ficaria desde princípio, assente em sólido miolo [...] mas uma cidade, com polícia sem força ou sem prestígio, é um ninho de desordens e conflitos e na qual apanham, entre as duas partes beligerantes, aqueles que ficam no meio!” (RIANCHO, pág. 76-77 1985)

Aliás, nesse trecho é interessante notar a associação criada pelo cronista, que compara a cidade e seus habitantes a um artefato de barro, como se esses pudessem ser moldados em um torno de oleiro. Tal preocupação em dar forma à capital em construção justifica-se, segundo ele, pela necessidade de ordenar o povo. Pois, a República tinha como lema dois elementos indissociáveis, “ordem e progresso”, baseados na filosofia positivista de Auguste Comte. Também o cronista, ao se referir à “volumosa massa”, o povo, remete-se possivelmente à Lei Áurea, de 1888, que, ao abolir a escravidão, garantiu liberdade a todos. Mas, cita também a igualdade e a fraternidade como pressupostos para a existência da democracia almejada e, nesse caso, reporta-se à Revolução Francesa.

▪ ALFREDO CAMARATE, UM ESTUDO NECESSÁRIO

Como já foi dito, é inquestionável a importância de Alfredo Camarate para a história de Belo Horizonte. Entretanto, o mero destaque por ter sido o primeiro cronista, segundo o escritor Eduardo Frieiro, ou que suas crônicas sejam “interessantíssimas” para nos informar sobre as pessoas, costumes e coisas do arraial, de acordo com o historiador Abílio Barreto, não são suficientes para entender amplamente seus textos, muito menos a cidade. Sim, suas crônicas consistem em um verdadeiro inventário de hábitos, saberes, crenças e costumes dos habitantes do arraial, mas também são fontes documentais que expressam os conflitos e as discordâncias entre a população local e os membros da Comissão Construtora. Pois, devemos considerar que ambos possuíam hábitos, saberes, crenças e costumes próprios, e que do choque entre os dois deu-se o início da cidade tal como a conhecemos. Mais do que o regate daquilo que o tempo já corroeu, e que, por isso mesmo, não tem retorno, intenciona-se, ao direcionar o olhar patrimonial para a cidade em seus múltiplos tempos, apreender o devir histórico, constituinte da Belo Horizonte contemporânea.

▪ BIBLIOGRAFIA

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Da Natureza ao Construído. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLIII, n. 2, P. 44-59, julho-dezembro. 2007.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva**: história antiga e média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BITTENCOURT, José Neves. MHBH, MHAB, MhAB: o sítio da Fazenda Velha do Leitão, seus diversos prédios e seus museus, 1943-2000. In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo, **Reinventando o MHAB**: o museu e seu lugar na cidade: 1993-2003. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004. P. 35-56

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: Fundação Casa Rui Barbosa. Setor de Filologia (Org.). **A Crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. P. 13-22

CARVALHO, José Murilo. República e Cidadania. In:_____. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P: 42-65

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma Gota de Sangue em cada Museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP. 2001.

FRIEIRO, Eduardo. Alfredo Camarate e a Nova Capital Mineira. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.XVIII, n.65, p. 259-266, 1965.

IEPHA – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte**: 1894-1940. Belo Horizonte: IEPHA, 1997.

IPHAN – INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTÍCO NACIONAL. **Patrimônio e Leitura**: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In:_____. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. P. 525-541

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A Noiva do Trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH**: horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. P. 11-47

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. In. SANTOS, Afonso Carlos M. dos; KESSEL, Carlos; GUIMARÃES, Cêça (Org.). **Museu e Cidades**: livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. P. 255-282

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Como Construir uma Nação com um Povo Mestiço? In:_____. **Cultura é Patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. P. 47-68

RIANCHO, ALFREDO. Por Montes e Vales. In. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XXXVI. P. 23-198. 1985.

SÁ, Jorge de. **A Crônica**. São Paulo: Editora Ática, 1992

SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia ou Patrimoniologia: reflexões. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lúcia de N. M. (Org.). **Museu e Museologia**: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009